
SEXUALIDADE, CUIDADO E RELAÇÕES DE PODER NA DIÁSPORA: AS IMIGRANTES BRASILEIRAS NO UNIVERSO DAS CASAS DE ALTERNE EM LISBOA*

*Lira Turrer Dolabella***

Instituto Universitário de Lisboa – Portugal

Resumo: *Este artigo traz um recorte da minha etnografia sobre o universo de experiências de brasileiras que trabalham em casas de alterne em Lisboa – estabelecimentos direcionados ao público masculino onde o trabalho das mulheres é entreter os clientes e induzi-los ao consumo. Primeiramente buscarei contextualizar esse campo de pesquisa no terreno dos deslocamentos Brasil-Portugal. Parto do pressuposto de que a articulação entre gênero, raça, classe e sexualidade não só é central no posicionamento social destas mulheres no contexto migratório como constitui a força aglutinadora que faz com que este grupo possa ser entendido como diaspórico. Na segunda parte lançarei mão de um episódio do meu trabalho de campo para ilustrar como a cultura do cuidado e as noções de reciprocidade, solidariedade e responsabilidade, além de representarem uma fonte de status social e poder, também influenciam na construção das identidades diaspóricas e transnacionais criando importantes espaços de ação e agência.*

Palavras-chave: *gênero, raça e sexualidade, imigração brasileira, mercado sexual, transnacionalidade.*

Abstract: *This proposal is a brief of the main issues developed in my ethnography about the universe of experiences lived by Brazilian women in Lisbon's Gentlemen's clubs – night clubs where women work to entertain the clients and to make them company. The first part of this paper contextualizes the subject into the field of the*

* Artigo desenvolvido no âmbito do projeto “O cuidado como fator de sustentabilidade em situações de crise” [FCT PTDC/CS-ANT/117259/2010], IR Antónia Pedroso de Lima.

** Doutoranda em Antropologia (bolsista da Capes – Doutorado Pleno no Exterior). Contato: liradolabella@gmail.com.

migrations movements from Brazil to Portugal. It attempts to demonstrate that the articulation between gender, race, class and sexuality is central in the socially positioning these migrants into the destination context and also constitute what defines this group as diaspora. The second part describes a short episode of my field research to illustrate how the culture of care and the notions of reciprocity, solidarity and responsibility not only represent a source of social status and power, but also shape the construction of the diasporic identities in this context creating spaces of action and agency.

Keywords: *Brazilian immigration, gender, race and sexuality, sex market, transnationality.*

Introdução: algumas considerações sobre o terreno de pesquisa e sobre o que aqui se entende por diáspora

Este artigo traz um recorte da minha pesquisa etnográfica sobre o universo de experiências de brasileiras que trabalham em casas de alterne em Lisboa. Bares ou casas de alterne são estabelecimentos direcionados ao público masculino onde o trabalho das mulheres é entreter os clientes e induzi-los ao consumo. As meninas¹ ganham uma comissão sobre cada bebida que é oferecida a elas, pelos clientes, em troca de sua companhia dentro dos bares. Vale ressaltar que o sexo não está inscrito na atividade da alterne e não é permitido dentro dos clubes. O preço da companhia feminina, assim como grande parte do lucro da casa, se esconde por trás do valor elevado das bebidas que podem ser oferecidas às mulheres. Uma garrafa de espumante, que é comprada no supermercado por 3 euros, por exemplo, custa por volta de 100 euros no bar e corresponde a mais ou menos 40 minutos de companhia feminina – tal duração depende da alterne, do cliente, da relação entre ambos e também se há mais mulheres compartilhando a mesma garrafa. As comissões variam e o tempo da companhia não é determinado ou medido, mas a alterne não permanece na mesa com o cliente caso ele não pague por bebidas. A regra geral é que a menina não faça companhia ao cliente por mais de 15 minutos sem beber.

¹ “Meninas” foi a maneira escolhida para me referir às mulheres que trabalham em casas de alterne em Portugal e que constituem os sujeitos objetos de estudo desta pesquisa. Trata-se de um termo êmico comumente usado por clientes e pelas próprias mulheres.

Considero a atividade das alturnes como uma forma de entretenimento adulto que envolve vários níveis de proximidade física e emocional, semi-nudez, diferentes formas de interações eróticas – porque predominantemente vinculadas ao sexo –, emocionais e íntimas, tais como conversas, flerte, companhia, dança e contato corporal.

Os bares, no geral, são parecidos entre si em termos de estrutura, decoração e funcionamento, mas variam no tamanho e na quantidade de mulheres a trabalhar. No maior bar que visitei trabalham cerca de trinta mulheres e, no menor, apenas cinco. As brasileiras são presença maioritária na grande parte dos bares visitados, mas não são as únicas a dividir a clientela com as portuguesas – estas, por sua vez, constituem minoria frente às estrangeiras. Também trabalham como alturnes muitas imigrantes vindas da Ucrânia, Romênia, Rússia, Moldávia, Angola, Bielorrússia.² Trata-se, portanto, de um universo significativamente marcado pelo fluxo transnacional de mulheres.

No contexto em que vivemos de intensa proliferação de novos cruzamentos transnacionais de fronteiras, as palavras “fronteira” e “diáspora” adquirem novos significados. Como Clifford (1994) já havia observado, é muito difícil manter um paradigma exclusivista que dê conta das variadas formações identitárias transacionais contemporâneas. O termo “diáspora”, defende o autor, mais do que um conceito teórico, é um significante não somente de movimentos transnacionais, mas de esforços políticos de localizar determinados grupos de pessoas em contextos históricos e culturais comuns de deslocamentos.

Na esteira das perspectivas feministas pós-coloniais, e tomando sobretudo de empréstimo as contribuições de Avtar Brah (1996) para o estudo dos deslocamentos contemporâneos entre Ásia e Reino Unido, proponho uma abordagem da diáspora que flexibilize a ideia de origem enquanto produtor determinante de elementos de identificação e diferenciação no contexto migratório. Para Brah (1996), diáspora deve ser entendida em termos de genealogias contingentes no sentido foucaultiano, ou seja, uma abordagem que não só leve em conta a perspectiva histórica das diferentes trajetórias de

² Em alguns poucos bares, precisamente em regiões mais turísticas da cidade, verifica-se a presença maioritária de mulheres nacionais de países da Europa do Leste. Fui informada de que, nesses casos, a presença de brasileiras é menor pelo fato de elas não falarem inglês, uma vez que a clientela é largamente formada por estrangeiros. Já as mulheres portuguesas e vindas de países africanos de língua portuguesa são mais facilmente encontradas em bares localizados em regiões fronteiriças ou setores prostitucionais mais pobres e precários, tal como nas ruas do bairro Intendente ou Cais do Sodré.

deslocamento mas que analise também suas relações com os campos das interações sociais, da produção subjetiva e da identidade dos sujeitos envolvidos nesses deslocamentos.

Parto da ideia clássica de diáspora como o movimento de instalar-se, assentar raízes em outro lugar, criar e manter novos laços com pessoas que compartilham do mesmo contexto migratório. É este “compartilhar do mesmo contexto” que faz com que o grupo de mulheres aqui abordado possa ser entendido enquanto diaspórico. É verdade que a origem comum – nesse caso, o Brasil – desempenha um papel aglutinador das pessoas que migram para o exterior, contudo ela não representa por si só a condição determinante para que identificações diaspóricas e transnacionais sejam produzidas. O que produz uma espécie de elo identitário entre as colaboradoras desta pesquisa é precisamente o seu posicionamento estrutural e subjetivo nas hierarquias sociais do país de destino.

Outro ponto a ser destacado neste recorte etnográfico é o constante movimento de busca pela manutenção dos laços com o país de origem. Tal busca, no contexto aqui abordado, transcende o desejo ou plano de retorno, ideia pela qual o conceito de diáspora comumente se sustenta. Manter os laços com o país de origem é algo que se expressa material e subjetivamente e evoca noções de obrigação e responsabilidade para os que migram. Veremos que trata-se de dinâmicas que representam tanto uma fonte de prestígio social quanto de mecanismos desestabilizadores de poder nos diversos campos de sociabilidade dessas mulheres. Dito isso, torna-se necessário considerar as condições culturais que marcam essas trajetórias e em quais regimes de poder elas se inscrevem.

As confluências narrativas a respeito do posicionamento social no contexto de destino, a materialidade e a subjetividade do dia a dia, as histórias cotidianas contadas individualmente ou coletivamente configuram um grupo como diaspórico, ainda que essas confluências sejam fluidas, instáveis, transformadas, produzidas e reproduzidas constantemente e não fixas e predeterminadas.

Neste este artigo buscarei: 1) apresentar os perfis e trajetórias das colaboradoras desta pesquisa; 2) contextualizar esse grupo de mulheres no terreno dos deslocamentos Brasil-Portugal e demonstrar como a articulação do gênero com as categorias de raça, classe e sexualidade é central no posicionamento social do grupo no referido contexto migratório. Trata-se de processos permeados por essencializações e estereótipos, muitas vezes inferiorizantes, que

reatualizam o imaginário colonial sobre a mulher brasileira e reconfiguram as relações de poder estruturais e subjetivas que operam nesse terreno; 3) lançando mão de um caso específico do meu trabalho de campo, buscarei ilustrar como a cultura do cuidado articulada às noções de reciprocidade, solidariedade e responsabilidade produz espaços de agência e possibilidades de reconfigurações identitárias que minimizam o peso do estigma.

De meninas a raparigas: sobre os perfis e as trajetórias

Apesar da heterogeneidade dos perfis, trajetórias e contextos regionais de origem, as colaboradoras desta pesquisa compartilham algumas particularidades. Todas se definem como heterossexuais, brancas e/ou morenas; todas deixaram o Brasil antes de completarem os 30 anos; a maioria vem de famílias de classe média baixa e algumas de classes populares;³ apenas uma trabalhava no mercado sexual antes de migrar e o restante trabalhava no setor de serviços e comércio; a maioria tem o ensino médio completo e três chegaram a ingressar na universidade, mas não completaram os estudos. Embora as aspirações por mobilidade econômica sejam centrais em todos os casos, as motivações para migrar são apresentadas também em termos de “vontade de mudança, de viver coisas novas”. Além disso, apesar de o recurso a empréstimos ter sido a maneira comumente encontrada para concretizar o projeto migratório, nenhuma das participantes se encontrava em situação de tráfico ou mesmo em dívidas com proprietários de clubes.

No final dos anos 1990 Portugal começou a conviver com uma relevante intensificação da chegada de imigrantes brasileiros. É verdade que muitos brasileiros já haviam se instalado em terras portuguesas desde o início da década de 1980. Porém, segundo pesquisadores desses fluxos migratórios

³ Por classes populares ou modestas me refiro aos núcleos familiares com considerável escassez de recursos, interdependência econômica mútua, formação escolar inferior ao nível secundário e trabalho em setores de baixa qualificação. Por classe média baixa me refiro às famílias com escassez de recursos financeiros mas com maior acesso a créditos, formação escolar de nível secundário, profissões menos qualificadas e ligadas aos setores de serviço e relativo acesso a recursos identificados como “de classe média”, tais como casa e/ou carro próprio. Por fim, a classe média engloba maior autonomia das pessoas do núcleo familiar, casa própria, profissões mais qualificadas e formação secundária ou superior. Há, por exemplo, um caso em que os pais têm formação superior, mas vivem com salários baixos, e outro em que os pais só possuem o secundário, mas são proprietários de pequenas e rentáveis empresas comerciais, diferenciando-se na bagagem escolar, mas coincidindo na autonomia dos membros do núcleo familiar.

(Malheiros, 2007; Padilla, 2007), esses primeiros deslocamentos vinham de um Brasil que não era exatamente o mesmo Brasil do qual, uma década mais tarde, viriam os imigrantes que formam hoje a maior comunidade estrangeira de Portugal. Outrora brancos, oriundos de classe média e altamente qualificados, os pioneiros dos anos 1980 ocuparam posições privilegiadas no mercado e constituíram um fluxo que se misturou ao contexto luso sem as tensões sociais que estariam por vir no fim da década seguinte.

A chamada “segunda vaga” da imigração brasileira, que foi marcada pelo crescimento considerável do fluxo de pessoas, era formada por brasileiros de classes mais baixas que a anterior e que, por sua vez, passaram a ocupar setores mais precários do mercado de trabalho português. Vale ressaltar ainda que houve um aumento significativo da presença das mulheres entre esses migrantes, o que colaborou para o quadro atual, sendo as brasileiras a representarem atualmente a maior parcela feminina entre as estrangeiras residentes em Portugal (França, 2010). O gênero, como veremos adiante, mais do que apenas uma variante no contingente migratório, influenciou diretamente a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. As categorias da etnicidade, raça, nacionalidade e classe se cruzam com o gênero e produzem noções inferiorizantes de diferença que são reproduzidas, interpretadas e vividas nesse contexto migratório de matizes pós-coloniais.

Muitas dessas mulheres deixaram seus estudos (algumas em cursos superiores) e profissões técnicas e/ou de variados setores de serviço e do comércio para reforçar a mão de obra portuguesa das limpezas, do atendimento em cafés e restaurantes e, em menor número, do cuidado de idosos e crianças. França (2010), em sua pesquisa sobre a inserção de mulheres brasileiras no mercado de trabalho português, demonstra como as ideias estereotipadas acerca do suposto temperamento brasileiro – simpático, alegre, cuidadoso – funcionam como mecanismos de precarização das oportunidades laborais, alocando esses imigrantes em posições menos privilegiadas do mercado. A autora observa como os discursos sobre a brasilidade, disfarçados de supostas capacidades laborais, mascaram sua lógica de dominação e exclusão.

As imagens sobre o Brasil são marcadas pela ideia de mulheres dotadas de uma corporalidade específica, mulheres alegres, festivas, simpáticas, cordiais, sensuais, exuberantes, comunicativas, sexualizadas e pouco intelectualizadas. Assim, o lugar reservado às brasileiras no mercado de trabalho português está

ligado a atividades onde essas características são consideradas fundamentais, nomeadamente, o mercado de atendimento ao público, restauração, e cuidados, atividades, em geral, precárias, com baixas remunerações e horários de trabalho elevados. (França, 2010, p. 10).

Movidas pela busca de melhores oportunidades de ganhar dinheiro e novas experiências de vida, as mulheres com quem conversei relatam que as vivências iniciais como imigrantes em Portugal não corresponderam às suas expectativas, sobretudo, financeiras. Seja servindo mesas nos cafés e restaurantes, cuidando de idosos e limpando casas ou vendendo internet de porta em porta, a frustração não tarda a chegar e vem acompanhada pela preocupação com as dívidas deixadas no Brasil e com a ajuda prometida à família antes da partida.

Numa rotina exaustiva que consome os desejos de aproveitar a nova vida e com um salário que mal paga as contas básicas de sobrevivência, muitas dessas mulheres foram atraídas para os bares de alterne. Segundo as meninas, o dinheiro que se ganha ao beber uma garrafa de champanhe, fazendo companhia a um cliente qualquer por algumas horas, é bem superior ao salário de uma semana inteira de trabalho nos outros empregos disponíveis. Empregos nos quais, segundo elas, trabalhava-se sem garantia e sem benefícios devido à situação de ilegalidade comum a quase todas nos primeiros meses em Portugal. Além disso, embora tenham tido razoável acesso à educação e aos recursos mínimos para a concretização do projeto migratório, estamos a nos debruçar sobre um grupo de mulheres com fracas possibilidades de mobilidade social e econômica, sobretudo pelo seu posicionamento social desprivilegiado nesse novo contexto.

Viviane, hoje com 38 anos, vivia em Anápolis, no interior de Goiás, com o marido e seus dois filhos quando começou a ouvir falar em Portugal.

Cidade pequena, você sabe como é... As notícias correm. Todo mundo andava falando que em Portugal você podia ganhar rios de dinheiro, principalmente na minha área que eu poderia cuidar de idosos [Viviane tem curso de auxiliar de enfermagem]. Peguei um avião, vim pra cá, sem ninguém. Só que cheguei cá, a realidade era outra. Só conhecia uma pessoa, por telefone, que foi me buscar no aeroporto e me alojou uns dias, e no segundo dia arranjei um trabalho. Ganhava 500 euros, era interna [empregada doméstica que vive na casa onde trabalha] e trabalhava 24 horas... Porque como morava lá, eles não me davam descanso, me

davam serviço o tempo todo. O salário não pagava nem as prestações da minha passagem, né? Eu tinha dívidas no Brasil, renegociei minhas dívidas antes de vir. Depois, essa mesma pessoa que me pegou no aeroporto tinha amigas que já trabalhavam no bar. E ela falava do bar, falava, falava na minha cabeça... Aí eu vim conhecer. Trabalhei 15 dias no outro emprego antes de vir trabalhar na noite. Eu tinha 29 anos. Meus filhos agora estão cá comigo, mas na altura eu vim sozinha. Eu morava no interior, isso pra mim, no Brasil, é o fim do mundo [se referindo ao bar de alterne]. O primeiro dia que cheguei cá, as meninas me disseram: “Ah, aqui não tem nada de mais, você só tem que sentar com o cliente, falar e beber.” Olha, quando eu entrei aqui e vi a menina tirar a roupa, fazer *strip*, eu pensei: meu Deus, isso é um puteiro! Depois eu passava a noite inteira rezando pra não entrar cliente. E depois sempre me enfiavam os piores clientes. Tinha um cliente que era muito sério, ele quase não falava, era muito discreto. As meninas achavam que ele era do SEF [Serviço de Estrangeiros de Fronteiras]. Eh, pá, que tortura, hein? A gente tudo ilegal...! [...] Quando eu comecei a trabalhar aqui eu era casada, eu tinha falado com meu marido, tinha explicado pra ele e tava tudo bem. E também arrumei um trabalho de babá na época. Então eu trabalhava das 8 da manhã às 5 da tarde e a noite tava cá, todos os dias assim. Eu aprendi a dormir sentada. Dormia mesmo, num banquinho ali no canto. E quem me arrumou esse trabalho me disse pra eu falar que à noite eu trabalhava num restaurante. E então, pá, fui alimentando aquela mentira e eles começaram a me perguntar qual era o restaurante, até que um dia eu cheguei lá e eles me disseram que foram ao restaurante e que ninguém me conhecia e não sei o quê... aí me mandou embora. “Ah você deve trabalhar é na noite!” ele gritou até eu confessar. Eu disse que a pessoa que me indicou pra eles é que me disse pra mentir. Ele me mandou embora feito um cachorro, não me pagaram nada. E eu cuidei do menino 8 meses, eu que ensinei o miúdo falar, ele me chamava de mãe! E eu fiquei revoltada com aquilo e na altura também me separei do meu marido. E falei: agora vou investir mesmo na noite! Eu já tinha tomado mais aquela liberdade...

Bela, de 31 anos e alterne há três, veio de Ipatinga, interior de Minas Gerais, e também passou por uma experiência parecida.

Eu trabalhava em uma churrascaria, ganhava mal e trabalhava muito. E então tinha umas colegas lá, brasileiras também, que saíram para trabalhar “num bar”, mas eu não sabia do que se tratava. Quando tive com elas perguntei o que elas estavam a fazer e elas me contaram: “Nós estamos trabalhando num bar de alterne”, eu não sabia o que era isso, mas pensei logo em puteiro! Mas aí elas me explicaram: “É assim, você vai lá, quando os clientes chegam você vai ter com

eles. Eles te pagam bebidas e você ganha comissão nessas bebidas.” E eu falei: “Mas espera aí, você tá me dizendo que os clientes pagam sua bebida, você bebe e ainda ganha por isso?” Achei aquilo meio estranho porque, como diz a minha mãe, quando a esmola é demais o santo desconfia! Mas elas me garantiram que não era nada de mais. O dono do bar é também o dono da churrascaria e eu fui conversar com ele sobre isso. Ele me disse que eu poderia ir lá uma noite para ver como funcionava, tentar e ver se me adaptava. Então eu fui. Cheguei lá e achei tudo muito normal. Se não fosse o varão [mastro ou *pole* para *striptease*], era uma discoteca como outra qualquer, só era meio diferente a quantidade de sofás por todos os lados. Então chegou um cliente e eu fui tentar com ele. Só que o cara era um porco, queria me passar a mão toda, ficou forçando e eu disse pra ele parar. E então ele me disse: “Você quer que eu te pague copos, mas não quer que eu te toque, sua puta?” Eu comecei logo a chorar, as lágrimas escorreram do meu olho, eu não consegui controlar. Daí o patrão veio me perguntar o que houve e eu chorei mais ainda porque estava muito nervosa, ninguém nunca tinha falado daquele jeito comigo. E então eu expliquei o que tinha acontecido. Eu me senti muito humilhada, mas resolvi tentar mais uma vez. A outra experiência foi horrível também porque me mandaram sentar em uma mesa com um grupo de uns quatro homens e um deles era um cliente importante da casa e muito rico. Eu fui e me sentei ao lado dele. Mas o homem fedia muito, ele tinha um cheiro horrível de ovo e eu não estava aguentando. Me levantei e fui falar com o patrão sobre isso e ele me disse: “Prende a respiração e volta pra lá!” Eu tive que voltar, mas foi muito difícil de aguentar... Depois meu patrão chegou pra mim e disse: “Bela, você vai pra sua casa e pensa bem se você quer mesmo trabalhar aqui e se vai conseguir se adaptar. Porque eu não posso manter aqui uma menina que chora por alguém tê-la xingado ou que não quer ficar na mesa por causa do cheiro do cliente.” Eu fui pra casa me sentindo mal e achando que não queria mais voltar naquele bar, achei muito humilhante tudo aquilo. Mas depois pensei com calma e resolvi que tinha que tentar sim e decidi que ia me adaptar. Eu via as meninas todas numa boa lá, se divertindo até, e pensei: eu também vou conseguir! E aqui estou até hoje!

As trajetórias das meninas que participaram nesta pesquisa são muito similares no que diz respeito à entrada nos bares e às suas dificuldades no início. A possibilidade de um trabalho no qual “os clientes pagam sua bebida, você bebe e ainda ganha por isso”, soava como uma luz no fim do túnel diante das frustrações enfrentadas nas vivências iniciais em terras portuguesas. Entretanto, os relatos sobre as primeiras experiências nas casas de alterne claramente demonstram um processo difícil e desagradável de adaptação.

As entrevistadas afirmam que trabalhar na noite era algo que não se aproximava em nada de suas expectativas em relação à migração. Salvo três exceções que contavam com a possibilidade de trabalhar num bar desse tipo, nenhuma das outras colaboradoras esperava um dia vir a trabalhar como alterne, *stripper* ou prostituta. Assim como nenhuma delas – com uma única exceção – já havia passado por qualquer experiência próxima ao universo do entretenimento erótico.

Com o tempo, a percepção negativa inicial em relação ao trabalho de alterne vai se diluindo através da rotinização desse novo campo de experiências. O que foi, no começo, motivo de conflitos morais internos e de certo sofrimento, acaba por transformar-se em situações contornáveis por estratégias e saberes, sobretudo no que toca ao uso funcional da sexualidade. O que antes era considerado imoral ou não apropriado, consequência do *habitus* adquirido através dos processos de socialização convencionais pelos quais passamos ao longo de nossas vidas, converte-se numa reflexão acerca desse *habitus* no sentido de achar respostas que correspondam ao novo universo de experiências.

Os usos que se faz do corpo e da sexualidade, dimensão tão conflituosa e alvo constante de controle social na vida das mulheres, são submetidos a esse processo de reflexão e, aos poucos, passam a ser encarados de maneira mais flexível e autônoma. É importante observar que a convivência com as colegas e os laços criados nesse contexto desempenham um papel fundamental nesse processo. Hoje, as alternes com quem conversei expressam uma apreciação pessoal positiva da atividade como um meio que possibilita ganhos materiais, autonomia, ascensão social e diversão, ainda que com alguns constrangimentos e desvantagens, sobretudo no que diz respeito ao estigma que envolve o trabalho no bar.

Eu gosto de lidar com gente, de conversar... Por isso que me dei tão bem na noite. Mas noite pra mim é dinheiro. Tenho a minha casa do jeito que eu gosto, tenho dois carros e uma vida confortável. Trabalhar de dia pra ganhar 500 euros, pra quê? Tudo bem que a gente é meio mal vista pelas pessoas, mas eu pago as minhas contas, posso viajar e aproveitar a vida. Aqui é animado, tem as meninas... a gente conhece muita gente, se diverte. E, além disso, não engano ninguém. (Luciana, 33 anos).

No começo foi muito difícil... Eu chorei nos primeiros dias e ficava apavorada quando vinham aqueles clientes que queriam me passar a mão. Hoje eu não tou

nem aí, pode me passar a mão toda, desde que não enfiem o dedo na minha cona e no meu cu, e desde que paguem copos, tá valendo! [risos]. (Bela, 31 anos).

Sempre fui acostumada a dar. Agora aprendi a receber e minhas experiências em Portugal foram muito importantes pra isso. Aprendi também que a minha companhia tem valor sim e preço. Muitas mulheres agem da mesma forma, mas fora do negócio. Mas é a mesma coisa. Cobrar pela companhia é mais comum do que a gente imagina. (Luana, 33 anos).

Contudo, embora essa fluidez nas formas de perceber o uso da sexualidade seja central na adaptação das meninas à atividade de alterne, as colaboradoras nesta pesquisa mantêm uma postura convencional a respeito das maneiras ideais de se relacionar sexual e afetivamente no âmbito pessoal. Quase todas aspiram a um futuro nos moldes familiares heteronormativos, ou seja: casamento, amor, filhos e monogamia. Ainda que a rotina da atividade contribua para a adoção de uma atitude menos conflituosa em relação à seminudez e o contato íntimo com os clientes, elas continuam a manter noções mais tradicionais no que diz respeito à sexualidade, que estão ligadas às percepções estandardizadas sobre os papéis de gênero, conjugalidade e sobre os ideais de amor.

Mulheres, brasileiras e alternes: entre diferença, desigualdade e poder

O caso de Viviane

Viviane me contou que foi chamada à escola dos filhos por causa de uma situação de mau comportamento de seu filho mais novo, de 16 anos. Lucas estava na sala de aula quando a professora reparou em seu casaco novo (de marca cara) e comentou, em voz alta e na frente dos colegas, em claro tom de ironia: “Não sei o que é que a tua mãe anda a fazer, mas ela parece ganhar muito dinheiro para comprar-te roupas tão caras.” Lucas prontamente respondeu, com ar de deboche, que a professora não precisava se preocupar e nem insinuar coisas sobre sua mãe porque era ele próprio quem estava a ganhar a vida no Parque Eduardo VII (parque em Lisboa conhecido como ponto de prostituição, sobretudo masculina e transexual). Os colegas riram, a professora se irritou e Viviane foi chamada à Diretoria.

Viviane se desculpou, em nome do filho, porque, segundo ela, não queria indisposições com a professora e com o pessoal da escola. Quando ela me contou sobre o acontecido, numa tranquilidade surpreendente, eu não pude disfarçar

minha indignação e sugeri que ela tomasse uma atitude mais severa porque a professora havia agido muito mal e nunca poderia ter exposto um aluno dessa forma. Mas ela não se abalou e disse que esse tipo de coisa não a atingia e que entre ela e o filho estava tudo bem. Ela apoiara Lucas na resposta que dera a professora, dando-se assim por satisfeita com a capacidade do filho em se defender sozinho do que ela encarava como apenas uma das tensões normais do cotidiano. Eu cheguei a duvidar que Viviane tivesse consciência de que se tratava de uma clara situação de preconceito e perguntei a ela: “E por que você acha que a professora fez esse comentário? Você acha que ela faria o mesmo com qualquer outro aluno da turma?” Ela me respondeu: “Talvez ela já tinha ouvido algum comentário sobre essa coisa de eu trabalhar na noite [ambos os filhos sabem sobre o trabalho de Viviane e alguns amigos mais próximos também sabem]. Aí fica fácil ligar uma coisa à outra, né?” Eu insisti: “Como assim?” Ela disse: “Ué, a professora sabe que eu sou brasileira, e já deve ter rolado alguma fofoca de eu trabalhar na noite... E ainda vê meu filho com roupas caras...” (Notas de campo, junho de 2012).

Este breve episódio é ilustrativo de uma situação em que as noções advindas das múltiplas hierarquias sociais se entrelaçam resultando numa bem tecida malha de estereótipos e classificações que caem sobre os sujeitos de maneira a destacar suas posições desiguais. O caso de Viviane, mais do que ser visto como uma experiência de racismo e preconceito, nos mostra como uma minoria racial ou étnica vê sua vulnerabilidade social agravada pelo cruzamento das categorizações de raça, gênero, sexualidade e classe. Em outras palavras, Viviane vê sua identidade localizada numa posição desigual e desprivilegiada nas hierarquias sociais pelo fato de ser: brasileira; mulher e mãe solteira; inserida numa atividade marginalizada que evoca a ideia de uma sexualidade desviante; considerada de uma classe social inferior pela subalternidade de seu estatuto de imigrante originária de um país considerado subdesenvolvido e, conseqüentemente, incapaz de prover o filho de roupas caras por meios considerados legítimos. O que está aqui em causa é uma conjunção de fatores que se intersectam identificando Viviane a um *status* social inferior e fazendo com que seu valor e sua credibilidade, enquanto indivíduo e cidadã, sejam reduzidos.

As teorias feministas pós-coloniais surgiram no âmbito da necessidade de novos olhares sobre o gênero mais inclusivos e que ultrapassassem perspectivas ocidentais homogeneizantes e universalizantes da categoria “mulher”. Partindo das influências inevitáveis que as situações coloniais e

imperiais exercem sobre indivíduos ao redor do mundo, essas teorias buscam analisar diferentes realidades através da ênfase nas diferenças históricas, sociais e culturais que posicionam os sujeitos em sistemas hierarquizados de classificações. Isso é dizer que as estruturas sociais transnacionais e locais produzem condições e experiências distintas para homens e mulheres em diferentes tempos e lugares.

Passa-se a tomar o gênero associando-o às ordens da raça, da classe e da sexualidade na medida em se reconhece que essas ordens constituem os princípios básicos que configuram os processos de interações humanas. São princípios que não só afetam as experiências subjetivas dos indivíduos, mas também influenciam a formação e o funcionamento das instituições sociais (Chow, 1996).

Contudo, só é possível analisar as relações de poder que emergem desse contexto a partir do papel central que a raça assume nesses processos, uma vez que ela é determinante na produção e reprodução das desigualdades e subordinação, principalmente em contextos pós-coloniais (cf. Brah, 1996; Cho; Crenshaw; McCall, 2013).

Não é novidade que as pessoas continuam agindo como se raça de fato existisse e, conseqüentemente, persistem em utilizá-la como categoria social de grande tenacidade e poder de distinção. No caso brasileiro, as questões “raciais” e de etnicidade têm, ainda, uma historicidade especificamente ligada à formação do que podemos chamar de “identidade nacional”. No processo de formação do Brasil-nação houve uma defasagem da ideia de raça enquanto conjunto de atributos biologicamente determinantes para uma compreensão através da diferenciação cultural. Não obstante, as teses culturalistas ganharam espaço, como as lusotropicalistas, cujo expoente máximo é Gilberto Freyre e seu elogio à mestiçagem (Fry, 2005).

Essa ideologia defende a ideia de que o colonizador português foi o menos racista porque sempre procurou “se misturar” aos povos colonizados, nomeadamente os índios e os escravos africanos. Essa noção de mistura foi reproduzida, tanto no Brasil como em Portugal, de forma a mascarar a violência dos processos coloniais e transformá-los na ideia de uma convivência supostamente harmoniosa entre diferentes povos e “raças”. As teorias que povoavam, e ainda povoam, os imaginários portugueses e brasileiros remetiam a uma certa “simpatia” pelo processo colonizador português que era justificada pela exaltação do hibridismo enquanto essência do povo brasileiro.

Muitos dos atributos essencializados que perpassam atualmente as ideias do que é ser mulher brasileira ignoram a brutal subjugação das mulheres negras e índias às vontades e desejos sexuais dos brancos. São noções que descansam sobre o mito da mulher que se relaciona alegremente com homens “de fora”, ou seja, da mulher que propiciou, através de sua sensualidade e sexualidade aflorada, a miscigenação. Os ingredientes que continuam a dar consistência às noções de identidade nacional em ambos os países e que, ao mesmo tempo, produzem estereótipos, são resultados da camuflagem da violência e das desigualdades contidas nesses processos através da ideia da mulher nativa sexualmente receptiva, disponível e submissa.

Parto da definição de raça como resultado de dinâmicas estruturadas não somente em torno da cor, mas em torno da construção de uma diferença supostamente biológica que se mascara em termos de diferença cultural. Tais dinâmicas, impulsionadas durante os encontros coloniais dos povos europeus com os outros, continuam a operar nos modernos fluxos migratórios (Wade, 1997).

Trata-se de diferenças expressas também através de questões ligadas à sexualidade e ao gênero como significantes de superioridade e inferioridade (Brah, 2006; França, 2010). Nesse sentido, as colaboradoras desta pesquisa, mesmo que sejam brancas, passam por um processo de racialização à medida que são associadas a certos atributos, tais como sensualidade e sexualidade aflorada, simpatia, cuidado, entre outros, como se tais atributos fossem parte de uma essência inscrita biologicamente em seus corpos apenas por terem nascido brasileiras.

Entretanto, vale lembrar que a cor da pele não deixa de ser um marcador importante de alteridade. A morenidade, assim como as representações feitas em torno da figura da mulata, constitui um poderoso vetor de representação da noção estereotipada da miscigenação de raças, à qual a ideia de brasilidade está intimamente associada. Como muito bem colocou Piscitelli (2002), a imagem da morena corporifica o exotismo tropical. Entretanto, a feminilidade nativa pode ser lida através de outros marcadores e disposições corporais que não somente a cor. Embora a racialização das mulheres brasileiras no contexto migratório português esteja associada a uma ideologia da mestiçagem exotizada e sensualizada, as mulheres não precisam ser exatamente mestiças já que sua brasilidade já lhes confere essa “filiação” (Pontes, 2004).

Retomemos então a questão da mobilidade e das tensões que essa mobilidade suscita na medida em que se localiza na transposição de uma fronteira

geográfica e simbólica entre dois países que partilham uma situação histórica em comum – a da colonização –, mas vividas em lados opostos. No intuito de destrinchar essas tensões partiremos das representações e generalizações acerca do povo brasileiro, mais precisamente sobre a mulher brasileira, tendo em vista não somente o contingente empírico deste trabalho, mas também os processos de feminilização das noções de brasilidade às quais essas representações estão sujeitas.

O fato da presença de imigrantes em Portugal ser maioritariamente de pessoas oriundas de ex-colônias contribui para a continuidade do pensamento colonial que se reifica nas generalizações que se faz desses povos imigrantes. Machado (2006) vê essa continuidade como condição fundamental para a reconstrução, dentro de Portugal, da antiga ordem imperial que fomenta a ideologia nacionalista hegemônica e organiza as formas como os sujeitos de diferentes nacionalidades são hierarquizados socialmente.⁴ Para além disso, é preciso considerar também a posição subalterna que o Brasil assume, não somente em relação à Portugal, mas em termos globais, que se expressa no campo simbólico das representações feitas acerca de seu povo. Estas relações desiguais reforçam ainda mais os processos de feminilização e erotização da pobreza e do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, o que era pra ser um descritor de identidade nacional, o “ser brasileira”, em contextos transnacionais diversos, transforma-se numa categoria de diferenciação mais ampla e inserida numa ordem global hierarquicamente organizada que reatualiza as antigas dicotomias entre norte e sul. Tomando emprestadas as palavras de Brah (2006, p. 350), é a partir dessas dicotomias que “o ‘ocidente’ constrói e representa a si mesmo como superior aos seus ‘outros’.”

As essencializações da identidade da mulher brasileira ao redor do mundo é um tema já bastante trabalhado nas ciências sociais em pesquisas que tratam da presença dessas migrantes sobretudo nos contextos europeus e norte-americanos.⁵ No contexto português, são diversos os estudos que apontam

⁴ Para discussões acerca das posições que imigrantes brasileiros, dos países africanos de língua portuguesa e dos europeus “do leste” ocupam na sociedade portuguesa, cf. Machado (2006).

⁵ Sobre discussões a respeito das representações e estereótipos sobre a feminilidade brasileira e os processos de racialização da sexualidade e/ou erotização da raça pelos quais passam as mulheres brasileiras em contextos transnacionais não portugueses, como Itália, Espanha ou no contexto brasileiro do turismo sexual, cf. Piscitelli (1996, 2002, 2007a, 2007b, 2011). Nos Estados Unidos, cf. Maia (2012).

para o fato de que a inserção da imigrante brasileira em Portugal, em inúmeras esferas da vida social, é constantemente marcada pela presença de dinâmicas de segregação racial e de gênero que atuam segundo uma lógica de dominação pós-colonial (Fernandes, 2008; França, 2010; Gomes, 2013; Moutinho, 2004; Padilla, 2007; Piscitelli, 2002; Pontes, 2004; Vale de Almeida, 2000). Todos os autores demonstram, através de diferentes recortes empíricos, que as imagens que povoam o senso comum e os variados discursos midiáticos em Portugal, que retratam a mulher brasileira como sensual, cuidadosa, simpática, alegre, submissa, quente e pouco intelectualizada, são reflexos da complexa relação entre os dois países e consequentes da situação colonial.

Vale considerar outros fatores que colaboram para a estigmatização das mulheres brasileiras em Portugal: a presença significativa de brasileiras no mercado sexual no país, especialmente nos setores da prostituição abrigada – clubes, casas de massagem, apartamentos, bares de alterne –; o crescente fluxo migratório brasileiro, sobretudo feminino, e a alocação desses fluxos em segmentos subalternizados de mercado; a procura europeia pelo turismo sexual no Brasil e a própria exportação da imagem sexualizada e mercantilizada da mulher brasileira veiculada em campanhas de promoção do país como destino turístico (Piscitelli, 1996).

Não se pode negar que as categorizações, classificações e estereótipos são instrumentos muito eficazes de reprodução de desigualdade e, por estarem solidamente arraigados em relações de poder estabelecidas transnacionalmente, são quase estáticos e difíceis de serem superados. Entretanto, as discussões sobre as situações de opressão não podem se limitar à abordagem das dinâmicas de classificações enquanto produtores de desigualdade, uma vez que elas são apenas efeitos cristalizados de complexas estruturas de poder. São as articulações das múltiplas hierarquias sociais que produzem as categorizações e os estereótipos que, por sua vez, são reproduzidos na experiência cotidiana, tal como o caso de Viviane demonstrou.

A experiência de Viviane é um exemplo das tensões de gênero implicadas no fenômeno da imigração brasileira em Portugal, que foram ainda agravadas pela articulação entre prostituição e imigração. Como vimos, os mecanismos produtores de desigualdade, forjados na noção de diferença, tomam um contorno ainda mais delineado quando estamos a falar de mulheres brasileiras inseridas no universo prostitucional na medida em que reforçam a ideia do “mal que vem de fora”.

É importante notar que embora a atividade da alterne não inclua a prestação de serviços sexuais (vaginal, oral, anal ou masturbatório), não há diferenciação, no senso comum, entre essa atividade e a prostituição. Isso se dá por uma conjunção de fatores, começando pelo fato de que o sistema de bebidas comissionadas como foco da atividade é fruto de um processo iniciado a partir da criminalização da exploração da atividade prostitucional de terceiros – a prática de “lenocínio”.⁶ Os antigos bordéis de Portugal – também conhecidos por casas de alterne, de meninas, de passe, ou “sobe e desce”⁷ – se viram obrigados a reconfigurar seus espaços e serviços de forma a escapar da rigidez dos controles policiais. A partir dos meados dos anos 90, esses controles foram reforçados pelas buscas do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – devido não somente ao aumento da presença de imigrantes sem documentação nesses contextos, mas também a uma espécie de pânico moral desencadeado pelo empolamento midiático das discussões relacionadas às situações de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.⁸

Em vista desse quadro, dois diferentes movimentos foram adotados pelos bares: 1) a camuflagem da exploração prostitucional através do sistema de copos, de forma que as meninas continuam a oferecer serviços sexuais, mas exercem-no fora do espaço do bar, utilizando deste último para angariar os clientes – esses bares ganharam também o nome de “casas de saída”; 2) a abolição e interdição do sexo como serviço oferecido pelos bares e pelas meninas, concentrando a atividade apenas na venda superfaturada de bebidas que são pagas em troca da companhia feminina – que é o caso aqui estudado.

Nesse sentido, a escassez de estudos que abordam o terreno das alternes com alguma profundidade e a ausência de reflexões mais críticas a respeito

⁶ “[...] no dia 1 de Janeiro de 1983 entrou em vigor o novo decreto-lei, revogando o art.º 1.º da lei de 1962 que proibia o exercício da prostituição. Pelo Decreto-Lei n.º 400/82 assiste-se à despenalização do acto prostitutivo e à criminalização do lenocínio, como forma de evitar o fomento, favorecimento ou facilitação dos actos de prostituição.” (Oliveira, 2004, p. 33).

⁷ “Sobe e desce” é uma referência ao tipo de atividade que se desenrolava nesses estabelecimentos nos quais as mulheres angariavam os clientes no bar e negociavam com eles os preços e detalhes da relação sexual que, por sua vez, acontecia no andar de cima, onde se localizavam os quartos destinados a esse fim.

⁸ Sobre investigações que adotam uma perspectiva crítica acerca dos paradigmas do “tráfico de seres humanos”, denunciando não só as limitações das abordagens que vitimizam os trabalhadores do sexo e/ou imigrantes mas também descortinando as políticas de reforço de fronteiras que estão por trás desses discursos, ver: em Portugal: Alvim (2009, 2013), Alvim e Togni (2010), Bordonaro e Alvim (2012). Em outros contextos: Agustín (2007), Doezema (2000), Kempadoo (2005), Piscitelli (2008), Silva et al. (2005).

desse universo na mídia convencional contribuem para que as noções que circulam no senso comum se cristalizem na ideia de que casa de alterne seja apenas um sinônimo de bordel ou casa de prostituição.

É muito importante ressaltar, contudo, que não procuro aqui a reiteração de uma distinção moral entre mulheres prostitutas e não prostitutas como se a prática comercial da relação sexual estivesse em desvantagem em relação às atividades que não fazem uso da mesma. O que está aqui em causa não é a presença ou não de sexo nas relações com clientes, mas sim como as meninas nesse contexto fazem suas objetificações e racionalizações sobre a sexualidade e como as práticas sexuais são investidas de significações identitárias.

Ao abordar o contexto mais específico do mercado sexual e afetivo, o esforço se dá em tentar perceber como essa experiência da pós-colonialidade é vivenciada no cotidiano dessas mulheres, ou seja, como a experiência da diferença é sentida, construída e interpretada (Brah, 2006). Como o exemplo de Viviane demonstrou, há diferentes tipos de hierarquias acionadas que acabam por forjar as noções e representações inferiorizantes da feminilidade e brasilidade nesse contexto.

Na esteira dessas observações passarei agora à descrição de um episódio do meu trabalho de campo para ilustrar como a construção de um “nós” diaspórico e transnacional, construído a partir de dinâmicas de reciprocidade, da ideia de cuidado e da circulação de capitais sociais, funciona como mecanismo de desestabilização de poder e cria espaços de negociação e agência.

Bárbara, Mariana e a solidariedade como compromisso

Entre a ajuda e a responsabilidade

Conheci Bárbara pouco tempo antes de ela ter sua vida abalada por uma tragédia familiar. Bárbara trabalhava como *stripper* e alterne no mesmo clube que Mariana, uma das informantes privilegiadas da minha pesquisa. Além disso, as duas dividiam um apartamento em Lisboa, tendo tornado-se amigas próximas. Mariana é de Guarujá (SP) e, nessa época, tinha 31 anos e vivia em Lisboa há quatro. Bárbara, uma jovem brasileira de 22 anos, nasceu em Goiânia, foi criada em Tocantins e vivia com a família em Brasília antes de migrar para Portugal, por volta de dois anos antes do acontecimento que relatarei a seguir.

Bárbara estava ansiosa pelo nascimento de seus sobrinhos no Brasil. Sua irmã mais velha, de 27 anos, estava grávida de gêmeos e o nascimento dos bebês se aproximava. Atenta ao Skype, ela recebeu finalmente a ligação de sua tia que trazia notícias. A irmã de Bárbara, vítima de uma hemorragia pós-parto, morrera ao dar à luz os dois filhos que, embora órfãos de mãe, nasceram saudáveis. Mariana me contou que estava por perto e viu a amiga dar um grito e desmaiar logo em seguida. “Ela desabou da cadeira, a tia começou a gritar do outro lado, foi horrível”, ela me disse ao lembrar a cena.

Passado o estado de choque, as amigas próximas, junto a outras colegas do bar, começaram a se mobilizar para arrecadar contribuições para ajudar Bárbara a comprar passagem para o Brasil e levar algum dinheiro para as altas despesas dos bebês, dentre elas, o caro leite que substitui a amamentação. A dedicação das meninas em ajudar Bárbara e o clima de solidariedade que envolveu o triste acontecimento me comoveram. As colegas, além de mobilizarem toda sua rede de contatos, nomeadamente clientes importantes da casa e pessoais, ainda iam de mesa em mesa no bar explicar a situação aos clientes desconhecidos no intuito de engordar um pouco mais a “vaquinha”. Bárbara conseguiu dinheiro suficiente para a passagem e para ajudar nas despesas iniciais dos bebês e embarcou para o Brasil poucos dias depois do acontecido.

Após mais ou menos dois meses da partida de Bárbara, Mariana começou a demonstrar certa insatisfação em relação ao comportamento da amiga. Bárbara postava fotos de festas no Facebook, sempre rodeada de amigos e com roupas que pareciam novas. Mariana passou a desconfiar que a amiga estava gastando o dinheiro, arrecadado às custas da solidariedade das colegas, com futilidades e, além disso, ela não demonstrava sofrimento pela morte da irmã o que representava, aos olhos de Mariana, um desrespeito pelo luto.

Bárbara começou a evitar o contato com Mariana na internet, não respondia seus *e-mails* e suas chamadas nos *chats* e no Skype. Quando Bárbara regressou à Lisboa, três meses depois da partida, a amizade entre ela e Mariana estava visivelmente abalada. Bárbara trocou o bar onde trabalhava por um outro do mesmo segmento em Sintra (região na área metropolitana de Lisboa). Mariana passou a reclamar constantemente do comportamento de Bárbara no apartamento, dizendo que ela passava todo o tempo trancada no quarto com o namorado, não ajudava na limpeza das áreas comuns e não fazia questão de conversar com ela e Raquel, a outra colega que também vivia no apartamento. Ela reclamava também que o namorado de Bárbara era “folgado” porque

usufruí do gás, da água e da eletricidade da casa sem contribuir nas contas. Ela me contou ainda, com ar de indignação e decepção, que Bárbara passou a ignorar as tentativas de contatos de antigos clientes e amigos do bar que contribuíram com dinheiro na época de sua ida ao Brasil.

Ela teve imensas chances de sair com homens bacanas que estavam interessados nela e que queriam ajudar... Mas ignorou as chances por causa desse chulo⁹ (se referindo ao namorado). Ela tá sendo muito infantil e irresponsável e não consegue ver as oportunidades que está jogando no lixo. Ao invés de pensar no futuro e na família que precisa dela, ela só quer saber desse encosto. E eu ainda fiquei com a cara no chão na frente das meninas e dos amigos (clientes) que ajudaram ela na época que ela precisava, porque muita gente só ajudou por minha causa, porque fui eu que pedi. Mas isso é pra eu aprender a largar de ser boba e querer ajudar todo mundo. (Mariana, 31 anos).

Poucos meses após o início desses conflitos, Bárbara se mudou primeiramente de casa e depois de país, indo viver com o namorado nos Estados Unidos.

Quem ama cuida: o preço da reciprocidade

Quando Mariana resolveu migrar, pela segunda vez, para Portugal, ela deixou o filho recém-nascido aos cuidados de sua mãe no Brasil. Poder oferecer uma vida melhor ao filho, já que o pai nunca assumira a paternidade, foi a principal razão que a levou a regressar ao estrangeiro e lá permanecer. Trabalhando como alterne em Lisboa, Mariana consegue arcar com as despesas do filho e proporcionar à sua família e a si própria um acesso mais amplo ao mundo do consumo. Ela mantinha, na época do caso relatado acima, uma relação com um homem português de 60 anos, cliente regular do bar, que a ajudava financeiramente.

Mariana, assim como quase todas as meninas desta pesquisa, envia dinheiro e presentes regularmente para o Brasil. Mesmo as que não são mães,

⁹ “Chulo” é o termo utilizado em Portugal para fazer referência a homens que exploram o trabalho de prostitutas/os e/ou homens que vivem à custa de mulheres. Refere-se também a pessoa ou algo de baixo valor, grosseiro ou obsceno. No Brasil, os termos equivalentes, nesse contexto, seriam “cafetão” ou “gigolô”.

como é o caso de Bárbara, também fazem constantes remessas no intuito de ajudar os familiares e pagar dívidas pessoais. Trata-se, portanto, de trajetórias migratórias marcadas por um sólido senso de autonomia e emancipação que coexiste com uma enérgica valorização dos laços familiares, o que acaba por produzir ambíguos sentimentos de interdependência.

Tal como colocou Sahlins (2011, p. 11) em seu ensaio *What kinship is*, o sentimento de família é o de um pertencimento intersubjetivo no qual as pessoas se veem como intrínsecas umas nas vidas das outras, partilhando uma mutualidade do ser: “[...] generally considered, kinsmen are persons who belong to one another, who are members of one another, who are co-present in each other, whose lives are joined and interdependent”. No terreno aqui abordado, os laços são mantidos de longe através das noções de responsabilidade e cuidado para com a família.

Durante o trabalho de campo pude perceber que esse contexto de transnacionalidade no qual as meninas se inserem intensifica a importância atribuída às relações de parentalidade. As várias maneiras de se expressar afetividade e cuidado para com os familiares, sobretudo através do envio de dinheiro e presentes, funcionam como poderosos indicadores de prestígio em ambos os contextos – origem e destino. A exaltação dos sentimentos de responsabilidade, cuidado parental, sacrifício e generosidade contribui na reconfiguração positiva de identidades comprometidas pelo exercício de uma atividade marginalizada e pela ideia de “abandono” da família. Nesse sentido, a dedicação à família que, por sua vez, corresponde às percepções sobre a mulher brasileira e sua disponibilidade alegre em relação à vida doméstica e familiar restabelece elementos positivos em suas identidades, permitindo uma certa fluidez subjetiva na sua localização desprivilegiada nas hierarquias sociais.

As meninas avaliam as colegas e a si próprias segundo sua capacidade de cuidar, capacidade esta fortemente atrelada às noções tradicionais dos papéis de gênero. São nessas noções que se inscreve uma ideia de feminilidade associada à valorização das necessidades alheias, sobretudo quando consideramos a demanda social por razões que possam justificar moralmente o exercício de uma atividade fortemente estigmatizada. Bourdieu (1999) já havia observado que a ideia largamente difundida no senso comum ocidental sobre a “intuição feminina” nada mais é do que um processo de naturalização forjada na suposta capacidade das mulheres de estarem atentas, em tempo integral, às necessidades dos outros.

Sobre o fato de ajudar a sua família, Mariana afirma:

Pra mim não faz o menor sentido estar aqui a ganhar dinheiro e curtir a vida, poder comprar coisas, morar numa boa casa, poder comer do bom e do melhor e viajar enquanto sua família passa por dificuldades. Não dá, eu não ia conseguir dormir tranquila. Mas tem gente que consegue, né? Tem gente que não dá valor, que esquece que um dia teve uma mãe que sofre, que se sacrifica. Talvez essas pessoas só vão entender isso depois de parir um filho. Mas eu posso te dizer que mesmo antes de ter o meu filho eu sempre dei valor pra minha família, é a coisa mais importante pra mim.

A dinâmica de solidariedade enquanto vetor de prestígio e capital simbólico também se estende ao círculo de amizades estabelecido no contexto migratório. As meninas ajudam umas às outras partindo da ideia de que o fortalecimento dos laços entre amigas é condição necessária para a sobrevivência satisfatória num ambiente esvaziado de família e vínculos sociais mais sólidos. Vale notar, contudo, que se trata de um universo de sociabilidade também marcado por constantes conflitos gerados por fofocas, competição e intensa rotatividade de pessoas de diferentes contextos culturais e sociais.

Os capitais sociais adquiridos através dos contatos com os donos dos bares, clientes regulares, colegas e clientes-namorados¹⁰ são compartilhados e circulam entre os grupos de amigas de acordo com o grau de amizade e proximidade, às vezes também respeitando laços de parentescos ou proximidade adquiridos desde o contexto de origem (primas ou vizinhas chegadas recentemente do Brasil, por exemplo). Por “capital social” não me refiro somente aos recursos obtidos através das redes, mas também à capacidade de usar essas redes e os laços para alcançar vantagens sociais (Anthias; Cederberg, 2009).

¹⁰ É muito comum no contexto das casas de alterne que algumas relações entre as meninas e os clientes se estendam para fora dos clubes, como no caso da referida relação que Mariana mantém. Os homens que geralmente estão envolvidos nessas relações são frequentadores habituais e são identificados como “clientes especiais”. São considerados especiais pela sua regularidade no bar e pela sua generosidade tanto em pagar copos como em ajudá-las em diversos aspectos de suas vidas pessoais. As meninas geralmente saem com seus clientes-namorados para jantares, passeios ou viagens curtas. E eles, por sua vez, ajudam no pagamento do aluguel e contas diversas, dão presentes – tais como computadores, joias, roupas, passagens para o Brasil. Além disso, a ajuda também pode vir em forma de capital social, nomeadamente contatos com pessoas influentes em diversos meios ou até o fornecimento de contratos falsos de trabalho que possam facilitar a regularização de mulheres em situação de ilegalidade em Portugal.

São dinâmicas baseadas em noções de cuidado e solidariedade e operadas por sistemas de reciprocidade que, sem dúvida, suavizam os processos de adaptação e exclusão enfrentados pelo pertencimento a uma posição subalternizada. Ao mesmo tempo, trata-se de um sistema que é fonte de mecanismos de poder e controle social na medida em que os afetos coexistem com as obrigações.

Não posso dizer precisamente se o distanciamento de Bárbara do grupo se deu por um movimento de exclusão por parte de Mariana e suas colegas, ou se foi por iniciativa e interesse próprios de Bárbara, ou mesmo consequência de ambos os fatores. Entretanto, não se pode negar que seu afastamento foi, entre outras coisas, resultado do peso da reciprocidade, ou seja, das assimetrias de poder intrínsecas aos processos de dar, receber e retribuir. O comportamento de Bárbara foi visto como imaturo e egoísta na medida em que ela deu prioridade aos seus desejos e interesses pessoais relegando a responsabilidade com a família a segundo plano. Além disso, ao dedicar seu tempo e afeto ao namoro com um jovem que não a ajudava financeiramente e ignorar as investidas de homens mais velhos, ricos e amigos de Mariana, Bárbara rompeu com a dinâmica de reciprocidade rejeitando a posição oferecida pela amiga na rede de circulação dos capitais sociais. Essa rejeição foi interpretada em termos de ingratidão.

Examinando as reflexões filosóficas sobre as trocas não mercantis, Simmel (2004) observa que a gratidão surge como um vetor de coesão nas interações nas quais a imposição de equivalências de valores não está inscrita. Quando Mariana se mobilizou para ajudar Bárbara, ela não o fez esperando uma retribuição equivalente ao valor da ajuda prestada, até porque tal retribuição não é possível uma vez que “ajuda” não corresponde a nenhum valor específico e quantificável. Nesse caso, Simmel diria que o que está em causa é precisamente o vínculo sutil e sólido que se produz através da indissolubilidade da natureza da gratidão. Em outras palavras, a gratidão mantém a dinâmica da reciprocidade através do sentimento da obrigação de retribuir, do sentimento de se estar em dívida.

Aproveitando ainda das reflexões de Simmel para se pensar nessas interações, quando a ajuda está associada ao sacrifício, o que é bastante recorrente, cresce seu valor enquanto dádiva, uma vez que o sacrifício não só aumenta o valor do ato como o produz. Como defendeu Mauss (2008) acerca do dom e contradom, o ato de dar e a reciprocidade induzida nesse ato são práticas

sociais profundas que, embora não sejam fundamentadas no interesse em si e se baseiem numa suposta espontaneidade, não são atos desinteressados pois só estabelecem e perpetuam relações a partir da dívida mútua (Adloff; Mau, 2006).

Vale ressaltar, entretanto, que a despeito das teorias da dádiva e das reflexões de diversos autores das ciências sociais sobre reciprocidade continuarem ocupando um lugar relevante nas discussões contemporâneas antropológicas sobre intercâmbios sociais e econômicos (cf. Baptista, 2007; Caillé, 1998; Godbout, 1998; Martins, 2008; Sahlins, 1990), não podemos cair na tentação de fazer de uma perspectiva extremamente abrangente um modelo social redutor das complexidades empíricas. No caso do terreno abordado nesta pesquisa, o interesse econômico, os cálculos monetários, a instrumentalização do afeto e da solidariedade andam ao lado de sentimentos vistos como incondicionais e espontâneos, e não existe uma contradição fundamental que faça oposição entre eles, pelo contrário, são elementos que se interconectam constantemente.

A triste morte da irmã de Bárbara e a demanda por ajuda e dinheiro que surgiu a partir desse acontecimento criou, de certa forma, espaços de circulação de capitais sociais. Ao mobilizar seus clientes e amigos, Mariana não só pôde contribuir positivamente para a situação da amiga como pôde intensificar seus laços com os clientes impelindo-os a ajudar. Além disso, Mariana pôde ser reconhecida por sua capacidade de cuidar e pelos seus sentimentos de solidariedade, o que configura positivamente sua identidade e legitima sua demanda por ajuda frente aos clientes. Entretanto, a partir do momento em que Bárbara não cumpriu com sua parte no círculo de reciprocidade, ignorando as investidas dos clientes que a ajudaram – através de Mariana – isso representou uma espécie de prejuízo moral e material para Mariana em sua rede de sociabilidades.

Considerações finais

Notamos que, no contexto aqui abordado, o “compartilhar do mesmo contexto” é o que faz com que esse grupo de mulheres possa ser entendido enquanto diaspórico. Como foi falado, o que produz uma espécie de elo identitário entre as colaboradoras desta pesquisa é precisamente o seu posicionamento

estrutural e subjetivo nas hierarquias sociais em Portugal. Mais ainda, é o compartilhamento de sua posição subalternizada que abre espaços para a criação de laços de solidariedade e circulação de capitais sociais entre essas mulheres, embora se trate de um grupo fluido, instável e heterogêneo.

As noções de cuidado, gratidão e sacrifício perpassam as dinâmicas de reciprocidade produzindo mecanismos de poder e assimetrias, permitindo ainda uma reconfiguração positiva das identidades dessas mulheres na medida em que elas não se veem isoladas e com suas identidades alienadas socialmente. No momento em que se assumem como seres solidários e responsáveis para com a família e as amigas, não só se afirmam no papel reconhecidamente feminino ao qual estão inscritas como reivindicam sua capacidade de amar, de cuidar e de partilhar. Tais capacidades, quando exaltadas, influenciam positivamente as subjetivações acerca de suas identidades, desestabilizando as relações de poder nas quais os estigmas são produzidos.

Ao mesmo tempo, ao se verem sujeitas a categorizações que tentam encerrá-las num emaranhado de atributos e essencializações, as meninas lançam mão, de forma mais ou menos arbitrária e instrumentalizada, de *performances* que reiteram os estereótipos e vão de encontro aos marcadores convencionais de gênero. Conscientes da atração que sua posição desprivilegiada exerce nos homens, por exemplo, além de performarem estilos de feminilidade que correspondem às noções tropicalizadas sobre a mulher brasileira, as meninas fazem uso de mecanismos que reforçam a ideia de dependência, não só alimentando a noção de superioridade desses homens – e da noção do homem provedor – mas também buscando legitimação da demanda pela ajuda masculina através de seu comprometimento com um bem maior: o cuidado com a família. Nesse sentido, elas não só deixam os clientes situados simbolicamente numa posição de dominação como também os impelem a ajudá-las. Elas convertem, portanto, as categorizações e todo o arsenal de dominação, calcados nos marcadores de gênero, classe, raça e sexualidade, em fontes alternativas de poder, benefícios materiais e capitais sociais.

Contudo, se, por um lado, a interação entre clientes e alternes acontece num contexto em que as mulheres estão localizadas em uma posição de subalternidade, dadas as múltiplas desigualdades que se intersectam nessas relações, por outro, encontramos a mobilização dessas desigualdades transformando-as em recursos que desestabilizam os focos de poder e que abrem brechas para negociações identitárias e possibilidades de ação.

Referências

ADLOFF, F.; MAU, S. Giving social ties, reciprocity in modern society. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, Cambridge, v. 47, n. 1, p. 93-123, 2006.

AGUSTÍN, L. M. *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. London: Zed Books, 2007.

ALVIM, F. *Tráfico, sexo e imigração: breve reflexão sobre um problema social*. [2009]. Disponível em: <http://www.academia.edu/1900727/_Trafico_Sexo_e_Imigracao-breve_reflexao_sobre_um_problema_social_>. Acesso em: 23 abr. 2013.

ALVIM, F. “*Só muda a moeda*”: representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia)–Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7128>>. Acesso em: 7 fev. 2015.

ALVIM, F.; TOGNI, P. Sob o véu dos direitos humanos: tráfico, tráfico e políticas públicas para a imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal. In: FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277741002_ARQUIVO_ComunicacaoCompletaFG9_SoboveudosDireitosHumanos.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014.

ANTHIAS, F.; CEDERBERG, M. Using ethnic bonds in self-employment and the issue of social capital. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Abingdon, v. 35, n. 6, p. 901-917, 2009.

BAPTISTA, J. R. de C. Os deuses vendem quando dão: os sentidos do dinheiro nas relações de troca no candomblé. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 7-40, abr. 2007.

BORDONARO, L.; ALVIM, F. “The greatest crime in the world’s history”: uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheres. *Revista (In)visível*, n. 1, p. 17-31, out. 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/3075476/_The_greatest_crime_in_The_worlds_History_Uma_analise_arqueologica_do_discurso_sobre_trafico_de_mulheres_in_Revista_In_Visivel_-_1_-_Escravidao>. Acesso em: 23 abr. 2013.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Oeiras: Celta, 1999.

BRAH, A. *Cartographies of diaspora: contesting identities*. London: Routledge, 1996.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jun. 2006.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 5-38, out. 1998.

CHO, S.; CRENSHAW, K. W.; MCCALL, L. Toward a field of intersectionality studies: theory, applications, and praxis. *Signs*, Chicago, v. 38, n. 4, p. 785-810, June 2013.

CHOW, E. N. Introduction: transforming knowledge: race, class, and gender. In: CHOW, E. N. *Race, class, & gender: common bonds, different voices*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996. p. ix-xxvi.

CLIFFORD, J. Diasporas. *Cultural Anthropology*, Washington, v. 9, n. 3, p. 302-338, 1994.

DOEZEMA, J. Loose women or lost women? The re-emergence of the myth of white slavery in contemporary discourses of trafficking in women. *Gender Issues*, New Brunswick, v. 18, n. 1, p. 23-50, 2000.

FERNANDES, G. *Viver “além-mar”*: estrutura e experiência de brasileiras imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa. 2008. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social e Cultural)–Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

FRANÇA, T. Alternando entre o trabalho e o prazer: considerações de uma doutoranda brasileira. *Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*, Coimbra, n. 4, 2010.

FRY, P. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, out. 1998.

GOMES, M. S. O imaginário social <mulher brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 867-900, jan. 2013.

KEMPADOO, K. Shifting the debate on the traffic of women. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 25, p. 55-78, dez. 2005.

MACHADO, I. J. de R. Imigração em Portugal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 119-135, ago. 2006.

MAIA, S. *Transnational desires: Brazilian erotic dancers in New York*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2012.

MALHEIROS, J. M. Os brasileiros em Portugal: a síntese do que sabemos. In: MALHEIROS, J. M. (Org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007. p. 11-37. (Coleção Comunidades, v. 1).

MARTINS, P. H. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 105-130, fev. 2008.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2008.

MOUTINHO, L. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 23, p. 55-88, dez. 2004.

OLIVEIRA, A. *As vendedoras de ilusões: estudo sobre prostituição, alterne e striptease*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

PADILLA, B. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: MALHEIROS, J. M. (Org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007. p. 113-134. (Coleção Comunidades, v. 1).

PISCITELLI, A. “Sexo tropical”: comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6/7, p. 9-34, 1996.

PISCITELLI, A. Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, p. 195-231, jan. 2002.

PISCITELLI, A. Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 17-32, jun. 2007a.

PISCITELLI, A. Shifting boundaries: sex and money in the North-East of Brazil. *Sexualities*, London, v. 10, n. 4, p. 489-500, 10 Jan. 2007b.

PISCITELLI, A. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 31, p. 29-63, dez. 2008.

PISCITELLI, A. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G. de O.; OLIVAR, J. M. N. (Org.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas, 2011. p. 537-582.

PONTES, L. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 23, p. 229-256, dez. 2004.

SAHLINS, M. *Ilhas de historia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SAHLINS, M. What kinship is (part one) = Ce qu’est la parenté (première partie). *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2011.

SILVA, A. P. da et al. Prostitutas, “traficadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 25, p. 153-184, dez. 2005.

SIMMEL, G. *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

VALE DE ALMEIDA, M. *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta, 2000.

WADE, P. *Race and ethnicity in Latin America*. Chicago: Pluto Press, 1997.

Recebido em: 31/08/2014

Aprovado em: 03/02/2015